

FÉ E POLÍTICA

Fé e vida. Evangelho e realidade. O cristão por ação, por consciência, por conveniência ou omissão sempre age politicamente. Todo ser humano é (ator ou atriz) político. No Brasil, no mundo capitalista e/ou socialista, todo homem e toda mulher, com razoável senso de realidade, são seres político-sociais. E, num tempo de crise e de mudanças religiosas, econômicas, sociais, políticas e culturais — como este do século XXI —, aumentam as graves responsabilidades de todas as pessoas, principalmente dos cristãos comprometidos com sua fé e engajamento social.

O cristão comprometido com a vida do povo sabe, sente e compreende o que significa a fé para a luta pela libertação. Salvação e libertação de toda e qualquer opressão, dominação e exploração humana, seja em qualquer tipo de regime político. Muita gente ainda tenta separar a fé da política, a vida da realidade. No entanto, é preciso conscientizar que política é arte da busca e da realização do bem comum. Política é ação de homens e mulheres na realidade onde estão inseridos, trabalham, moram, participam, agem e celebram a vida. Assim, a fé e a política estão nas comunidades, nas associações, nos grupos, nos sindicatos, nos partidos políticos, na sociedade e no Estado. Agora, há política e politicagem.

A política verdadeira é toda atividade e participação humana na sociedade. Desta maneira, a política desenvolve ações que beneficiam o povo, ou grupos, sempre a coletividade. Por outro lado, a politicagem é o uso da política para o enriquecimento próprio e/ou da família. Há politicagem na saúde (usam a doença para obter o voto/assistencialismo), na educação (produzem milhões de analfabetos e ignorantes), na habitação (protegem a especulação imobiliária e jogam o povo nas favelas, sempre reprimidas), na administração pública (com corrupção, fraudes e sonegação fiscal e orçamentos manipulados). É por esses motivos e por muitos outros que muitos cristãos dizem por aí que não gostam de política, mas continuam votando, escolhendo os mesmos políticos conservadores. Têm medo de mudar.

Política acontece na igreja, na comunidade, no sindicato, no partido, no grêmio, na mídia, no judiciário, no executivo, no legislativo e entre nações. Será que os cristãos têm contribuído para deixar a marca evangélica libertadora? É possível mudar o Brasil com ou sem a nossa presença? Quem constrói hoje o Reino de Deus? Onde nossa fé se mistura com a realidade socialmente dramática para 32 milhões de famintos, 11 milhões de sem-teto, 25 milhões de analfabetos (até os analfabetos políticos), 35 milhões de crianças e jovens carentes e sabe lá Deus quantos desempregados, migrantes, violentados, doentes e tantos sem eira e sem beira, sem vez e vem voz neste Brasil rico de povo pobre. Será que nossa fé é existencial, é histórica, é engajada? Será que é revelação de Deus no processo de nossa caminhada política e social? É preciso buscar sempre o encontro entre a fé e a política, a teoria e a prática, com seus diferentes níveis, instâncias e naturezas próprias. Para nós cristãos, a fé perpassa a história na passagem/páscoa da vida para sempre, rompendo tempo e espaço.

Para realizar a cidade de Deus, temos que necessariamente construir a cidade dos homens e mulheres. Fazer uma nova terra, um mundo mais justo e mais fraterno, como anunciou o Concílio II. A fé e a política são alimentadas pela esperança sempre renovada de felicidade. Para isso, é preciso que os cristãos vejam com olhos bem abertos, julguem e avaliem com conhecimento, com métodos, com críticas construtivas e depois ajam, engajem de maneira consciente e organizada para mudar esta dolorida realidade social brasileira, imediatamente.

A nossa fé precisa capacitar-se para criticar, avaliar, comparar e intervir na realidade á luz do evangelho, fazendo uma política com ética, compromisso, reforma, transformação e realização de justiça social. Fé e política para o cristão devem ser instrumentos e mediações que ajudem todos a romper as ambigüidades, os medos, às contradições das pessoas e da sociedade, das instituições públicas e privadas. A fé e a política devem ajudar os cristãos a decidir, optar e assumir os compromissos que nos são dados viver e transformar, historicamente.

A política abre para os cristãos a possibilidade de participação densa e efetiva na caminhada do povo, principalmente dos pobres, apartados de tudo e às vezes até de Deus. Nossa fé e nossa política se encontram muitas vezes numa prática de comunhão e participação para as mudanças desejadas e esperadas pelos marginalizados e excluídos deste sistema capitalista selvagem, voraz, concentrador de privilégios, poderes e riquezas nas mãos de poucos egoístas. A fé verdadeira é aquela que produz ética na política, ação de cidadania, educação para todos, saúde, moradia digna, alimentação, transporte e segurança. Uma fé que realiza alegria de viver para todos os brasileiros, já.

Os cristãos não querem uma vida fora do mundo concreto, fora dos fatos sociais. Os cristãos querem o céu na terra e a terra no céu, sempre. Nada é separado, tudo é integrado no plano de Deus, neste planeta azul maravilhoso, de natureza mil, mas que, se não olharmos com atenção, poderá destruir tudo com a ambição de um falso progresso que acaba com cerrados, florestas, rios, animais e o próprio ser humano. A graça nos dá fé como gratuidade de Deus, não cobramos pela nossa participação política, senão a luta pela promoção do bem comum, social e político, cultural e econômico.

O cristão deve ser fermento, sal, caminho e luz. Deve lutar pelos princípios básicos da mensagem evangélica, como defesa da ética, da vida, da família, da democracia, da participação social e da liberdade, assumindo responsabilidade social e política. Queremos e desejamos comunhão e participação na política, na economia, na sociedade e no Estado, que deve estar a serviço do povo (família, comunidade e pessoas). Reunir é importante. Nós temos a grande responsabilidade de reunir, refletir e agir evangelicamente como atores da política brasileira, lutando pelos direitos do povo. Nossa ação deve ser sempre sinal de mudanças para melhorar a vida do povo trabalhador. Nossa estrada é longa. Terá milhares de anos, recomeçando neste início de século e de milênio, numa busca constante por justiça social. O terceiro milênio deve ser da cidadania e dos direitos humanos, de uma globalização solidária, integrada, sustentada, ecológica, produtiva e representativa dos interesses e necessidades da maioria do povo. A opinião é unânime a respeito dos desastrosos efeitos da globalização neoliberal, de Soros a Bill Gates, os cones do capitalismo mundial, de um canto a outro do planeta. Todos reconhecem e nós temos a convicção de que a globalização neoliberal destrói irrefutavelmente o elo entre irmãos. É uma afronta ao mandamento universal de Jesus Cristo, que nos ensina a amar ao próximo como a si mesmo e a Deus sobre todas as coisas. Hoje, o neoliberalismo tem construído outros deuses, outros referenciais e tem usado a força da ganância financeira para aumentar o fosso entre ricos e pobres.

É preciso resgatar inspirado na mensagem do evangelho, o ser humano na sua totalidade. Nesse sentido, a participação do cristão na política tem que ser para garantir a realização de um mundo mais justo e mais fraterno. Construir instrumentos capazes de proporcionar uma verdadeira inclusão social a todos os homens e mulheres das cidades e dos campos, sem distinção de raça, cor, credo, origens sociais e geográficas. É preciso fazer da política um espaço de participação social, onde as pessoas possam colocar de forma transparente as demandas de seu bairro e de sua cidade. Portanto, a política, como arte de fazer o bem comum, tem que estar orientada à construção de um mundo de paz, igualdade, prosperidade, cidadania e justiça social. Outro mundo é possível. A história continua. É preciso termos ação política firme e forte no cotidiano das pessoas, com propostas, projetos, planos, leis, regulamentos, orçamentos, que devem estar a serviço da maioria do povo, principalmente, para os excluídos e marginalizados. Todos são filhos de Deus. Todos merecem nossa atenção, ainda mais os necessitados.

Em Brasília, Goiânia, Campinas, Santo André, Poços de Caldas, Recife, São Paulo, de norte a sul, todos devemos ser sinais do compromisso histórico com a mensagem evangélica libertadora. Devemos estar atentos às exigências que a realidade social faz a todos nós, representantes do povo — políticos do povo? Caminhar sempre na busca da esperança da construção de um mundo melhor. Estaremos conscientes, organizados e capacitados para realizar ações políticas positivas na direção do reino de Deus, aqui e para sempre? Eis os desafios presentes em nossas caminhadas evangelicamente libertadoras.

Somos assim chamados, vocacionados para atuar na política e na construção do bem comum para todos os brasileiros. Isto é possível, se todos os políticos realmente forem comprometidos com a realização de uma sociedade mais justa e mais fraterna. Participar, ser sujeito, ser ator e atriz da história que Jesus Cristo libertou para sempre com sua páscoa/passagem verdadeiramente nova, para uma vida digna de ser vivida, plena de direitos humanos, de justiça, de deveres, de ética, de trabalho, de comunhão e de participação social e política na comunidade/sociedade moderna.

A PESSOA COMO CENTRO DO ENSINO SOCIAL

O primeiro princípio que o ensino social da Igreja defende é o primado da pessoa.

"Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo; neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não crentes" (GS, 12)

Desde Leão XIII a pessoa humana, com sua dignidade ilumina todos os problemas examinados pelo Ensino Social da Igreja. Por isto, a Rerum Novarum já afirmava que o "Estado é posterior ao homem, e antes que ele pudesse formar-se já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger sua existência." (RN, 6). Os documentos posteriores vão reafirmar a centralidade da pessoa e deduzir daí inúmeras implicações concretas para a vida na sociedade. Ao tratar da questão do trabalho, João XXIII assinalava que "a justiça há de respeitar-se, não só na distribuição da riqueza mas também na estrutura das empresas em que se exerce a atividade produtiva (...) Por isso, quando as estruturas, o funcionamento e o condicionalismo de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem sistematicamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste, tal sistema é injusto, mesmo se, por hipótese, a riqueza nele produzida alcança altos níveis e é distribuída segundo as regras da justiça e da equidade. (MM, 79-80).

O Concílio Vaticano II deu consistência a este ensinamento, ressaltando o valor do homem, criado à imagem de Deus, dotado de razão e liberdade, capaz de agir segundo sua consciência e reconhecer e amar seu Criador. (GS,12,16,17). Esta capacidade de reconhecer a Deus, fonte da dignidade do homem é o fundamento da moral e indica uma dimensão da pessoa que não pode ser ignorada, esquecida ou considerada secundária, pois seria um atentado contra o próprio homem. É a luz da dignidade da pessoa que Paulo VI examina os problemas demográficos, o racismo, as migrações e as relações entre os países na Populorum Progressio. Com João Paulo II, porém todos as conseqüências da dignidade da pessoa humana tornam-se o eixo do ensino social. A Igreja sempre tratou de questões como trabalho, salário, propriedade, empresa, classes, regimes, associações etc. à luz da dignidade do homem, mas no pensamento de João Paulo II a pessoa torna-se a questão central e todas as questões particulares se articulam em torno deste pólo. "É sempre o homem que é primeiramente olhado, mesmo se o é sob diferentes aspectos: como operário, como agricultor, como responsável político, como proprietário, como sindicalizado, como pai de família, como chefe de empresa, etc. Já na sua 1ª encíclica, Redemptor Hominis, o Papa retoma o ensinamento do Concílio Vaticano II e reafirma ao interesse da Igreja pelo homem: "Aqui, portanto, trata-se do homem em toda a sua verdade, com sua plena dimensão". Não se trata do homem 'abstrato' mas sim do real: do homem 'concreto', 'histórico'. Trata-se de 'cada' homem, porque todos e cada um foram compreendidos no mistério da redenção e com todos e cada um Cristo se uniu, para sempre através deste mistério. (...) "O objeto destes cuidados da Igreja é o homem na sua única e singular realidade humana, na qual permanece intacta a imagem e semelhança com o próprio Deus". (RH, 13). Esta perspectiva ganha expressão total na Laborem Exercens onde se ensina que o trabalho tem valor porque é realizado pelo homem, sujeito do trabalho: "o homem deve submeter a terra, ele deve dominá-la porque, como 'imagem de Deus' ele é uma pessoa, isto é um sujeito, um sujeito capaz de agir de uma maneira programada e

racional, capaz de decidir sobre si mesmo e com tendência a se realizar ele próprio". (LE 6, 2). Assim como o valor do trabalho está no trabalhador, a Solicitudes Rei Socialis assinala que o desenvolvimento não pode ser reduzido a um problema econômico, porque é um problema moral: "um desenvolvimento que não é só econômico mede-se e orienta-se segundo a realidade e vocação do homem visto em sua globalidade; ou seja, segundo um parâmetro interior que lhe é próprio. O homem tem necessidade, sem dúvida, dos bens criados e dos produtos da indústria, continuamente enriquecidos pelo progresso científico e tecnológico. (...)" Mas para alcançar o verdadeiro desenvolvimento é necessário não perder jamais de vista esse parâmetro que está na natureza específica do homem, criado a imagem e semelhança (Gn 1,26); natureza corporal e espiritual simbolizada - no segundo relato da criação - pelos dois elementos, a terra, com que Deus plasma o físico do homem e o sopro da vida, insuflado nas suas narinas". (SRS, 29). Por isto o desenvolvimento verdadeiramente humano, deve respeitar e promover os direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos e realizar-se no quadro da solidariedade e da liberdade, sem jamais sacrificar uma à outra, com nenhum pretexto (SRS,33).

Partindo do reconhecimento da dignidade transcendente do homem, podemos compreender que o Bem comum estará sempre subordinado à plena realização da pessoa e por isto nem o Estado, a sociedade ou até mesmo a própria pessoa podem romper este limite. Quando a consciência do senso religioso desaparece ou fica obscurecida, as conseqüências sociais são extremamente graves, como podemos constatar em nossos dias (EV, 11). A exigência de solidariedade no contexto do mundo globalizado para que ocorra um desenvolvimento integral de todos os homens é afirmada na Centesimus Annus, que recolhe toda a riqueza contida nas Encíclicas passadas para julgar as situações atuais e oferecer critérios para a ação (questão da propriedade dos bens - Ca 30; concepção e atuação do Estado CA 44; Bem Comum). Sendo que o primado da pessoa é um princípio fundamental do Ensino Social, ele está presente, em todos os documentos da Igreja, orientando a análise que a Igreja faz da realidade atual e está na base de qualquer proposta de mudança. Para compreender melhor como este princípio aparece no decorrer do tempo **pode-se ler:** Serge, Bartolomeu - Por uma civilização do amor: a proposta social da Igreja, S. P., Paulinas, 1998. Pontifício Conselho Justiça e Paz - Da Rerum Novarum à Centesimus Annus - estudos de Roger Aubert e Michel Schooyans, SP, Loyola, 1993. Há duas boas coletâneas contendo os principais documentos de ESC: Frei Antonio de Sanctis, OFM - Encíclicas e Documentos Sociais (Leão XIII, Pio XI, João XXIII, Concílio Vaticano II e Paulo VI), SP, LTR, 1972. Frei Luís Maria A. Sartori, OFM - Encíclicas do Papa João Paulo II, SP, Ltr, 1996. Contém uma síntese comentada de cada encíclica. Abreviações: RN - Rerum Novarum (Leão XXIII) MM - Mater et Magistra (João XXIII) GS - Gaudium et Spes (Concílio Vaticano II)/ RH - Redemptor Hominis (João Paulo II) LE - Laborem Exercens/SRS - Solicitudes Rei Socialis (João Paulo II) CA - Centesimus Annus (João Paulo II)

MINISTÉRIO DE FÉ E POLÍTICA

O Ministério de Fé e Política é o serviço da Renovação Carismática Católica para a evangelização da política, a partir da experiência do Batismo no Espírito Santo. Como a política é "um espaço", evangelizar a política consiste em evangelizar "o político", ou seja, aquele que é vocacionado ou está no exercício da vida pública. Desenvolverá programa e projetos que visem a evangelização e formação daqueles que são chamados ao exercício da política, visando a conversão dos corações e o compromisso com o Reino de Deus, tendo por fundamento a Doutrina Social da Igreja para todo e qualquer cristão.

Não tem por finalidade apoiar nem formar partidos políticos ou realizar campanhas eleitorais. O apoio a candidatos às eleições deve acontecer no nível das comunidades eclesiais, de comum acordo com seus pastores. Cabe aos Conselhos Estaduais e aos Diocesanos, decidir a forma com que apoiarão

ou não os candidatos, após ouvirem os Grupos e Comunidades. Caso o candidato ocupe algum cargo de coordenação na Renovação Carismática, deve-se afastar durante o período da campanha eleitoral para evitar tensões e conflitos desnecessários. "A Renovação Carismática Católica, como movimento eclesial, não tem e nem apóia candidatos especificamente, mas apóia e incentiva a participação na política daqueles que se sentem chamados a este serviço". O serviço que a RCC presta, através da Secretaria Matias, é no sentido de promover oportunidades para a evangelização e formação.

Deve-se evitar instrumentalizar a RCC para campanhas eleitorais bem como "transformar os Grupos de Oração em palanques". Os candidatos assumidos pelas comunidades deverão, de comum acordo com sua Coordenação, desenvolver suas campanhas sem prejudicar as atividades da Renovação Carismática Católica, bem como evitando criar outras prioridades para os Grupos de Oração e Comunidades de Renovação que não sejam as próprias da RCC. O Ministério de Fé e Política, eventualmente, promoverá campanhas para a conscientização da necessidade da participação de todos, das responsabilidades cristãs no direito de voto, do perfil do candidato que merece confiança e da importância da cidadania plena.

FÉ E POLÍTICA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO

A Renovação Carismática Católica, imbuída de sua identidade que é a vivência da graça batismal e consciente da necessidade de que como igreja, deve anunciar e se empenhar na construção de uma sociedade justa e fraterna, não pode se omitir neste momento histórico e significativo. Mesmo respeitando a pluralidade de escolha, a consciência do cristão não o libera do compromisso fundamental de votar conforme os princípios religiosos, analisando cada candidato, quem é que o apóia, qual a sua real história de luta ao lado do povo, e qual tem sido sua conduta quando fora da época de eleição. Os ditos populares "é tudo a mesma coisa" ou "qualquer um serve", não devem ser lemas para o cristão com responsabilidade. Reina em nosso meio um clima descrédito generalizado em eleição à política e ao político. É imprescindível, no entanto, que se compreenda que a pior forma de se fazer política é "não querer saber dela". Não podemos delegar como nossos representantes, pessoas inescrupulosas, de cujas decisões nascem os "esquemas oportunistas", a apropriação indevida dos bens públicos para atender interesses privados, através dos propalados desvios de verba, disseminando a miséria e quase tudo o que de ruim está por aí.

COMO ESCOLHER OS CANDIDATOS?!?

CARTILHA DO POVO: "ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O CIDADÃO SABER COMO VOTAR".

“A preferência deve recair sobre o candidato que uma sincera adesão aos princípios fundamentais da ética social cristã, efetiva competência política e reconhecida capacidade de liderança. O voto é um bem sacratíssimo. Portanto, nossa escolha, nosso voto, deve ser no candidato que se mostrar digno de recebê-lo porque testemunha com a sua vida o modelo que escolheu para si e com o qual governará o seu povo, porque demonstra o respeito à dignidade humana e vive os preceitos de Deus. Se um candidato já exerceu cargos na política, não votar nele sem antes buscar sólidas informações sobre a sua atuação. Não podemos permanecer escravos dos desmandos e da falta de competência de quem gerencia os recursos para o bem comum. O tempo de caminhada na igreja, o testemunho (vida cristã coerente), a aceitação de sua candidatura pela própria comunidade onde está inserido e o bom relacionamento com outras comunidades afins são critérios que precisam ser considerados na hora da escolha do candidato. Não vote em quem é reconhecidamente desonesto. Lembre-se: voto não se troca por coisa alguma. Se o candidato prometer empregar seu filho, asfaltar a

sua rua, abrir uma escola ao lado de sua casa, com certeza ele já prometeu isso para uma porção de outros eleitores. Negue o seu voto. O dito popular: "ele rouba, mas faz", não pode prevalecer na mente e no coração dos cristãos comprometidos com o bem. E é bom "ficar de olho "nos altos gastos das campanhas: quem muito gasta, vai querer o seu dinheiro de volta, de alguma forma, se eleito. O político ideal é aquele que tem uma proposta política viável, defende a vida, os direitos humanos e é sensível aos problemas dos empobrecidos. Luta pelo bem comum e é comprometido com o Evangelho.

Irmãos, peçamos que o Senhor Jesus, Rei dos reis e Senhor dos senhores, nos dê a todos um espírito de discernimento e sabedoria, para que, ao votar, o façamos de acordo com a vontade de Seu coração.

CRITÉRIOS PARA CANDIDATOS

"CRITÉRIOS GERAIS DA RCC-ES PARA CANDIDATOS DO PLEITO"

1. A Renovação Carismática Católica não é um partido político, portanto, a RCC-ES não tem candidatos.
2. Ainda que um dia a RCC venha a desenvolver estratégias de apoio a candidatos, ela nunca violará o direito de escolha do cidadão, ou seja, jamais usaremos de persuasão ou apelos emotivos para convencer alguém a votar em um candidato. A formação política verdadeira é aquela que busca gerar no cidadão a capacidade de análise.
3. A conscientização e a participação política devem pressupor o zelo e o cuidado pelos Grupos de Oração e o povo de Deus. Portanto, a RCC-ES não autoriza a utilização de tempo nos grupos de oração para propaganda eleitoral. Isto se faz necessário para resguardar a espiritualidade dos G.O. e evitar transformá-los em palanques eleitorais, transfigurando o elevado propósito de encontrar Jesus.
4. Pelo mesmo motivo, também não se concederá tempo para candidatos fazerem divulgação ostensiva, como falar ao microfone, durante os grandes eventos, tais como o Congresso Estadual e o Vinde & Vede.
5. Não obstante, isto não impede que a comissão responsável pela infra-estrutura do evento busque apoio dos organismos governamentais para patrocínio, desde que fique assegurada a diretriz do item anterior.
6. Para o pleito eleitoral, a RCC não estará apoiando candidato algum. Estaremos seguindo as orientações da arquidiocese ou diocese para conduzir o processo eleitoral.
7. Portanto, aqueles que quiserem apresentar suas candidaturas para apreciação pelo povo dos grupos de oração deverão submeter os seus nomes ao pároco local. O pároco conduzirá o processo, conforme o posicionamento pastoral da comunidade sobre este assunto.
8. Como a igreja sempre orienta o processo eleitoral através de cartilhas, a RCC-ES também indicará o uso das mesmas como proposta de reflexão para orientar a escolha de candidatos aos cargos eletivos.
9. Desde já a RCC deixa claro que desaprova a política de clientelismo, portanto, sugere que os candidatos apoiem seus pleitos em propostas concretas e projetos escritos, e não promessas vazias ou troca de pequenos favores por votos.
10. Caso o candidato não saiba como desenvolver um projeto político consistente, sugere-se que o mesmo reflita melhor se, de fato, é o momento para a sua candidatura, talvez procurando antes uma formação mais profunda baseada na Doutrina Social da Igreja (DSI).

SÍNTESE DO ENCONTRO ESTADUAL
"I ENCONTRO ESTADUAL PARA POLÍTICOS CATÓLICOS"
MINISTÉRIO DE FÉ & POLÍTICA

Local: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

**Público Alvo: Pessoas diretamente envolvidas com um cargo eletivo, como: Mandatários /
Parlamentares. Pré - Candidatos. Interessados na política.**

Resumo do Encontro: Além dos momentos de oração, no qual se pediu a presença do Deus no meio político e o batismo do Espírito Santo para todas as ações nesta área e para as pessoas envolvidas na política, o encontro foi marcado por uma profunda espiritualidade e sentimento de comunhão. Percebeu-se a necessidade de uma atitude mais responsável perante a política e também os políticos.

O testemunho do deputado Sérgio Assis, do Mato Grosso do Sul, mostrou que, após eleitos, os políticos, principalmente os de boa fé, não podem ser abandonados pelo povo que os elegeram. Eles precisam do apoio, das orações, das colaborações com idéias, da participação com propostas, do feedback de suas ações e também da cobrança e do acompanhamento de seus trabalhos parlamentares. Não podemos eleger nossos políticos e deixá-los a mercê das estruturas viciadas e perniciosas, que rondam as consciências das pessoas sob as mais diversas formas de tentações. Evidentemente, que os políticos que estão abertos a esse tipo de trabalho, nascem de uma iniciativa organizada e popular, e que buscam nos valores morais e éticos a conduta mais coerente para a proposta de vida da igreja católica - a santidade e a justiça. Propostas que contemplem apenas a honestidade não bastam, posto que a honestidade não é um favor ou um privilégio de poucos - é uma obrigação de todos e um dever indiscutível. Portanto, pesa sobre o pleito eleitoral a responsabilidade de escolhas conscientes. Hoje a igreja do Mato Grosso do Sul nos dá uma mostra de uma igreja unida e participativa, que consegue mobilizar ações concretas para apoiar pessoas profundamente comprometidas com os ideais cristãos de uma sociedade mais justa e solidária.

Entretanto, deve ficar bem claro, antes de mais nada, que entrar na política precisa significar um abandono de si mesmo em favor do próximo. Somente com um profundo sentimento de dívida social se pode tomar as ações mais próximas da justiça que Deus espera de nós. Caso contrário corremos o risco repetir o modelo da busca pelo poder em benefício próprio. Tanto a pregação do deputado Sérgio Assis, quanto à pregação do coordenador nacional, Manoel Felismino dos Santos, mostraram como isso tudo precede a política. Pudemos assistir o exemplo de pessoas que carregam dentro de si desprendimento das coisas e uma noção de partilha, vivida já bem antes da vida pública.

FONTES: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pedrowilson/pedrow_fepol.htm